

III Fórum Educacional do Mercosul

Documento Final dos Grupos de Trabalho:

GT1 - Inclusões

| Posicionamento político | Propostas de políticas públicas |
|--|---|
| <p>A inclusão é um conceito necessariamente integral, mas centrado no sujeito (crianças, jovens e adultos) e pluridimensional – étnico, social, cultural, digital, econômico, de gênero. Só existe democracia quando o conceito de inclusão está associado a outro importante conceito – o de direito. Incluir é garantir a Educação como um direito universal e inalienável do ser humano ao longo de toda a vida. É, também, garantir uma consideração privilegiada a grupos marginalizados, historicamente esquecidos.</p> <p>Para o exercício da cidadania ativa nos países do Mercosul, é necessário estimular e manter uma estreita vinculação entre Educação, Direitos Humanos e a formação cidadã.</p> <p>É necessária a implementação de ações educativas para garantir o cumprimento efetivo dos Direitos Humanos de grupos sociais que, ao longo da História do Mercosul, foram excluídos da Educação, tais como afrodescendentes, indígenas, migrantes, povos do campo, portadores de necessidades especiais, entre outros.</p> <p>Políticas de Ações Afirmativas são necessárias para garantir o acesso e permanência com qualidade e pertinência sociocultural, para crianças, jovens e adultos excluídos no sistema educativo.</p> <p>As políticas e ações afirmativas constituem-se de medidas especiais</p> | <p>Apoiar e incentivar a implementação de políticas de ação afirmativa, o fortalecimento da institucionalização das atividades dos Núcleos de Estudos Africanos e Indígenas, e ou grupos correlatos das Instituições Públicas de Educação em todos os níveis.</p> <p>Desenvolver programas que garantam o direito das pessoas com necessidades especiais ao acesso e à permanência no Ensino Médio. Garantir a atualização e capacitação em cursos básicos, técnicos e tecnológicos, visando à inserção no mundo produtivo e à continuidade de sua formação por meio do ingresso no Ensino Superior, com qualidade sociocultural e equidade.</p> <p>Implementar o ensino da História e Cultura africana e afro-descendente e Indígena nos Currículos Escolares.</p> <p>Implementar ações que contribuirão para a equidade social das mulheres, historicamente marcadas pelas desigualdades, pela pobreza, pela dificuldade de acesso ao trabalho e à qualificação profissional.</p> <p>Promover a criação, nas Escolas, de espaços que congreguem alunos(as), professores(as) e membros das comunidades para discutir temas para a convivência democrática, ética, estética, cidadania inclusiva e direitos humanos.</p> <p>Fortalecer iniciativas de acesso e permanência de trabalhadores(as) do campo no sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de continuidade de estudo, com qualidade</p> |

| | |
|--|---|
| <p>promovidas pelo Estado, com a participação da sociedade civil, visando à eliminação das desigualdades socioeconômicas, étnicas, de gênero e outras, para garantir equidade.</p> <p>Garantir ingresso, permanência e promoção no sistema educativo, com qualidade e pertinência sociocultural de maneira tal a dotar os sujeitos (crianças, jovens e adultos) de ferramentas para sua inserção cidadã.</p> <p>Fortalecer a educação integral por meio da ampliação de escolas públicas e outros espaços educativos, cujas ações se concentrem em lugares de origem de crianças e jovens que se estão fora do sistema educativo formal.</p> <p>Criar estratégias pedagógicas heterogêneas que dêem conta da diversidade da população a incluir.</p> <p>Implementação de ações educativas para a ampliação de atenção à crianças e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, em situação de rua e adultos em situação prisional.</p> | <p>social e profissional.</p> <p>Implementar estratégias específicas de luta contra o analfabetismo e baixa escolaridade nas populações em situação de pobreza, onde se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não completou o Ensino Fundamental.</p> <p>Estimular práticas que procurem superar a violência nas escolas e na sociedade, incluindo a superação de todas as formas de discriminação.</p> <p>Promover a inclusão social e o combate à exclusão social e étnica, melhorando as oportunidades de ingresso e permanência com qualidade sociocultural no ensino superior, para jovens e adultos de grupos socialmente excluídos, especialmente de populações afrodescendentes e povos indígenas.</p> <p>Criar Centros de Formação de Educadores (as) em Direitos Humanos para todos os níveis educativos. Promover nos ciclos escolares o ensino de conteúdos relacionados aos Direitos Humanos.</p> <p>Formar educadores(as) e as comunidades educativas para transformar o ambiente escolar em um espaço inclusivo, acolhedor, de aprendizagem colaborativa.</p> <p>Formular políticas públicas integradas emancipatórias no campo da Educação Carcerária, zelando pela garantia do Direito à Educação dos internos e internas, considerando as condições e qualidade desta oferta.</p> <p>Formular políticas públicas integradas e específicas que possibilitem a formulação de propostas pedagógicas para a atenção de crianças, adolescentes e jovens que se encontrem em situação de rua, em cumprimento de Medidas Socioeducativas e Institucionalizados (em proteção e em conflito com a lei).</p> |
|--|---|

| | |
|--|--|
| | <p>Formar professores indígenas em licenciaturas interculturais indígenas, no âmbito de projetos desenvolvidos pelas instituições de Ensino Superior, em conjunto com as comunidades indígenas. Fomentar o intercâmbio das experiências desse campo.</p> <p>Promover o uso pedagógico da Informática, na rede pública de Ensinos Fundamental e Médio (inclusão digital), introduzindo o uso das tecnologias de informação e comunicação.</p> <p>Implementar políticas de Educação para comunidades afastadas (campo/ribeirinhas/quilombolas).</p> <p>Apoiar programas universalizantes de acesso à Educação, especialmente os voltados para crianças e jovens na faixa etária de 4 meses a 17 anos.</p> <p>Propiciar modificações curriculares que tendam à seleção de conteúdos significativos relacionados com a ética, educação em valores e direitos, o respeito pela diversidade, a educação para a paz e o trabalho em rede.</p> <p>Desenvolver iniciativas que por meio da gestão compartilhada, na cooperação intersetorial, que ofereça ferramentas aos adolescentes e jovens para sua inclusão sócio-laboral.</p> <p>Integrar em espaços consultivos o setor empresarial e produtivo de maneira articular a educação e o trabalho.</p> <p>Fortalecer as políticas orientadas incentivar o reconhecimento e respeito às diferentes identidades e culturas próprias e garantir o processo de alfabetização das crianças em sua língua materna.</p> <p>Revisar normas vigentes nas escolas para favorecer a inclusão, a permanência e terminalidade educativa</p> |
|--|--|

| | |
|--|---|
| | <p>dos grupos em maior situação de risco. É necessário políticas que apontem a redefinição de critérios de avaliação, promoção, certificação e assistência.</p> <p>Promover o protagonismo infanto-juvenil nas decisões de sua própria educação, gerando uma ponte intergeracional entre alunos e docentes.</p> |
|--|---|

GT2 - Financiamiento

Antecedentes regionales

Se abordó la descripción y síntesis de las principales características de las políticas públicas de financiamiento de la educación en los países de América Latina. En particular, se expusieron los casos de Argentina, Brasil y Paraguay.

Asimismo, se abordaron las principales características de los distintos casos implementados de canje de “deuda por educación”.

Recomendaciones:

| |
|---|
| Insistir en la necesidad de establecer un mínimo de recursos equivalentes al 6% del PIB destinado al financiamiento de la educación pública, conforme con las recomendaciones de la UNESCO. |
|---|

| |
|--|
| Promover un amplio debate en la sociedad y los poderes legislativo y ejecutivo de cada país, en torno al financiamiento de la educación, con vistas a la formulación de propuestas para el incremento de los recursos. |
|--|

| |
|--|
| Generar condiciones institucionales tendientes a garantizar el cumplimiento de esa meta para cada uno de los países en el marco del proceso de integración del MERCOSUR. |
|--|

| |
|---|
| Insistir en la necesidad de continuar, fortalecer y profundizar los procesos de canje de deuda por educación, tanto entre los países de la región y los países desarrollados, así como también entre los propios países del MERCOSUR. |
|---|

| |
|--|
| En línea con lo anterior, se visualiza como deseable considerar la posibilidad de una iniciativa regional de canje de deuda por educación, en el marco del MERCOSUR, involucrando en tal proceso tanto a instituciones públicas y la sociedad civil. |
|--|

| |
|--|
| Enfatizar la necesidad de generar instancias de participación institucional de todos los sectores involucrados en la educación, en torno al control, monitoreo y evaluación de las políticas públicas sectoriales. |
|--|

GT3 - Educación para la Integración

| Posición política | Propostas de políticas públicas |
|--|--|
| <p>Promoción de un nuevo modelo de integración regional, pautado por la primacía de los derechos humanos sobre el comercio por intermedio de la inclusión social y por la participación de la sociedad civil.</p> <p>Fomento de la coordinación interministerial y de la articulación de las acciones relacionadas a la educación en los diferentes foros de negociación del MERCOSUR, potencializando su eficiencia y transparencia, y garantizando los recursos presupuestarios para su implementación.</p> <p>Fortalecimiento de la Educación como espacio de formación de una consciencia favorable a la integración, que valore la diversidad y reconozca la importancia de los códigos culturales y lingüísticos.</p> <p>Profundización y aproximación de las relaciones socio-económicas y culturales entre las poblaciones fronterizas.</p> <p>Difusión y concienciación del aprendizaje de las lenguas portuguesa y española como lenguas extranjeras, por intermedio de sistemas educativos formales no formal, dando prioridad al fortalecimiento de la identidad regional.</p> <p>Estímulo al conocimiento mutuo, a una cultura de integración y a la promoción de políticas regionales de formación de recursos</p> | <p>Ampliar la difusión y la evaluación crítica del Plan de Trabajo 2006-2010 del Sector Educativo del MERCOSUR, incorporando a la sociedad civil en su efectiva implementación.</p> <p>Crear y consolidar mecanismos de acreditación de las instituciones de educación superior de los Estados- miembros del MERCOSUR, ampliando los programas que ya existen: el <i>Mecanismo Experimental de Credenciamento</i> (MEXA) y el <i>Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Credenciados</i> (MARCA)</p> <p>Dar prioridad a la creación de un programa regional de cooperación universitaria, con el fin de asegurar la libertad de circulación de estudiantes y docentes entre los países del bloque con fines académicos (no profesionales).</p> <p>Ampliar el Proyecto Escuelas Bilingües de Fronteras (PEBF) para la construcción de una identidad Regional Bilingüe e Intercultural, en el marco de una cultura de paz y de cooperación interfronteriza.</p> <p>Promover un amplio debate sobre la creación de la Universidad del MERCOSUR.</p> <p>Crear programa de intercambio directo entre las instituciones de enseñanza del MERCOSUR, incluyendo la educación no formal.</p> <p>Capacitar docentes para la enseñanza de las Lenguas Portuguesa y Española como lenguas extranjeras y asegurar su presencia en los currículos regulares, por lo menos en la Enseñanza Secundaria.</p> <p>Estimular la enseñanza de la Historia y de la Geografía, así como de las Artes y de la Literatura, dirigida hacia la convivencia, la cooperación y la integración regional.</p> <p>Crear una política de difusión de la integración regional a través de la promoción de actividades de formación y capacitación de recursos humanos para la integración regional, y la producción de materiales</p> |

| | |
|---|---|
| <p>humanos con vista a la mejora de la calidad de la Educación.</p> <p>Incremento de acciones de circulación académica de profesores, estudiantes e investigadores.</p> <p>Fomento y disseminación de Programas de reconocimiento y desarrollo de culturas regionales, como por ejemplo la integración de la cultura antártica, a través de actividades de educación, divulgación y comunicación.</p> | <p>didácticos e informativos sobre el MERCOSUR.</p> <p>Identificar, crear y acompañar grupos de estudio e investigación sobre la Educación en los países del MERCOSUR, consolidando redes por temas educativos, visando la mejora de la calidad de la enseñanza y la creación de banco de datos sobre experiencias educativas innovadoras de la región.</p> <p>Fortalecer la implantación, implementación e intercambio de los planes nacionales de educación en derechos humanos.</p> <p>Promover el debate regional sobre acciones afirmativas de inclusión social, principalmente de acceso y permanencia en la educación superior.</p> <p>Estimular la utilización de nuevas tecnologías de comunicación e información para la educación a distancia.</p> |
|---|---|

GT 3 - Educação para a Integração

| Posicionamento político | Propostas de políticas públicas |
|---|--|
| <p>Promoção de um novo modelo de integração regional, pautado pela primazia dos direitos humanos sobre o comércio, pela inclusão social e pela participação da sociedade civil.</p> <p>Favorecimento da coordenação interministerial e da articulação das ações relativas à educação nos diferentes foros de negociação do Mercosul, potencializando suas eficiência e transparência, e garantindo os recursos orçamentários para sua implementação.</p> <p>Fortalecimento da Educação como espaço de formação de uma consciência favorável à integração, que valorize a diversidade e reconheça a importância dos códigos culturais e lingüísticos.</p> <p>Aprofundamento e estreitamento das relações sócio-econômicas e culturais entre as populações fronteiriças.</p> <p>Difusão e conscientização do aprendizado do Português e do Espanhol, como línguas estrangeiras, por meio de sistemas educacionais formais e não formais, priorizando o fortalecimento da identidade regional.</p> <p>Estímulo ao conhecimento mútuo, a uma cultura de integração e à promoção de políticas regionais de formação de recursos humanos visando à melhoria da qualidade da Educação.</p> | <p>Ampliar a difusão e a avaliação crítica do Plano de Trabalho 2006-2010 do Setor Educacional do Mercosul, incorporando a sociedade civil a sua efetiva implementação.</p> <p>Crear e consolidar mecanismos de credenciamento das instituições de educação superior dos Estados-membros do Mercosul, ampliando os programas já existentes: o Mecanismo Experimental de Credenciamento (MEXA) e o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Credenciados (MARCA).</p> <p>Priorizar a criação de um programa regional de cooperação universitária, a fim de assegurar a liberdade de movimentação de estudantes e docentes entre os países do bloco para fins acadêmicos (não profissionais).</p> <p>Ampliar o Projeto Escolas Bilíngües de Fronteiras (PEBF) para a construção de uma identidade Regional Bilíngüe e Intercultural, no marco de uma cultura da paz e de cooperação interfronteiriça.</p> <p>Promover um amplo debate sobre a criação da Universidade do Mercosul.</p> <p>Crear programas de intercâmbio direto entre as instituições de ensino do Mercosul, incluindo a educação não formal.</p> <p>Capacitar docentes para o ensino do Português e do Espanhol, como línguas estrangeiras, e assegurar a sua presença nos currículos regulares, pelo menos do Ensino Médio.</p> <p>Estimular o ensino da História e da Geografia, bem como Artes e Literatura, voltado para a convivência, a cooperação e a integração regional.</p> <p>Crear uma política de difusão da integração regional por meio da promoção de atividades de formação e capacitação de recursos humanos para a integração regional, e da produção de materiais didáticos e informativos</p> |

| | |
|--|--|
| <p>Incremento de ações de mobilidade acadêmica de professores, estudantes e pesquisadores.</p> <p>Fomento e disseminação de Programas de reconhecimento e desenvolvimento de culturas regionais, tal como a integração da cultura antártica, por meio de atividades de educação, divulgação e comunicação.</p> | <p>sobre o Mercosul.</p> <p>Identificar, criar e acompanhar grupos de estudo e de pesquisa sobre a Educação nos países do Mercosul, consolidando redes por temas educacionais, visando à melhoria da qualidade de ensino e a criação de banco de dados sobre experiências educacionais inovadoras da região.</p> <p>Fortalecer a implantação, implementação e intercâmbio dos planos nacionais de educação em direitos humanos.</p> <p>Promover o debate regional sobre ações afirmativas de inclusão social, em particular de acesso e permanência na educação superior.</p> <p>Estimular o emprego de novas tecnologias de comunicação e informação para a educação à distância.</p> |
|--|--|

GT4 - Educación en diferentes espacios de aprendizaje y ciudadanía

Posicionamiento político

| |
|---|
| Asumir la educación como un derecho humano, un deber social y un bien común accesible para todos/as sin limitaciones, promovido por el Estado de forma indeclinable. |
| Promover prácticas educativas para la liberación y la participación protagónica de la sociedad, la familia y la comunidad en la gestión educativa, construyendo canales y espacios institucionales para la definición de políticas públicas. |
| Fortalecer una ciudadanía democrática, solidaria, no excluyente que respete la diversidad y consolide la identidad local, regional, nacional, latinoamericana, caribena y planetaria. |
| Estimular la educación popular como forma de organización y expresión de saberes y prácticas contrahegemónicas en cualquiera de sus manifestaciones. |
| Articular la educación con los diferentes espacios de aprendizaje y participación comunitaria, visualizando el fortalecimiento del tejido social y la integración entre los distintos actores educativos, como por ejemplo: universidades (con compromiso y pertinencia social), escuelas, familia, comunidad, etc. |

Propuestas de políticas públicas

| |
|--|
| Valorar e incluir los conocimientos y saberes producidos por los actores intelectuales, culturales, populares y políticos, que no siempre son reconocidos por las instituciones académicas. |
| Desarrollar acciones en todos los niveles y modalidades de enseñanza aprendizaje, orientadas a la incorporación de la educación a distancia como un recurso tecnológico clave para la difusión del saber, en el ámbito de la integración de los sectores cultural, social y educativo. |
| Estimular el diálogo entre las escuelas, las universidades y las comunidades populares, promoviendo el encuentro y el intercambio entre el saber, el hacer y el convivir en diferentes territorios socioculturales. El diálogo se puede transformar en acción por el desarrollo de proyectos y estudios contextualizados con la realidad local, que den un significado a los saberes escolares y académicos. |
| Abrir las escuelas públicas, proporcionando a los alumnos y a la comunidad un mayor número de actividades educativas, culturales, deportivas y de esparcimiento, vinculadas al proyecto educativo de la escuela y su comunidad, ampliando la oferta de espacios de aprendizaje y reduciendo la vulnerabilidad social. |

Posibilitar a los estudiantes de origen popular que puedan desarrollar la capacidad de producción de conocimientos y la ampliación de su capacidad de intervención en sus territorios de origen, ofreciéndoles apoyo financiero y metodológico.

Estimular la creación y ejecución de metodologías dedicadas al monitoreo y a la evaluación del impacto de políticas públicas educacionales y sociales.

Los estados asumirán políticas para facilitar la generación de las condiciones para que se desarrolle la participación de la familia, de los estudiantes, la comunidad y la sociedad civil en general, en el monitoreo y el control de la gestión de las políticas educativas.

Realizar un mapeo de las condiciones económicas, culturales, educativas y de sociabilidad, como punto de partida para la elaboración e implementación de políticas de asistencia y de desarrollo social a grupos en situación de vulnerabilidad.

Establecer metas y concretar propuestas de educación en horario integral, articulando los espacios educativos con todos los ámbitos de bienestar social (salud, trabajo, recreación, hábitat, alimentación, seguridad, etc.).

GT 5 – Valorización de los Trabajadores Y Trabajadoras de Educación

Introducción

La Educación concebida como un derecho humano inalienable e irrenunciable se opone a su definición como mercancía subordinada al mercado laboral. Es un instrumento de justicia social y de emancipación de las personas a lo largo de toda su vida, que forma seres humanos que prefieren la colaboración y la solidaridad a la competencia sin límites, que buscan la paz. Una educación íntegra y de calidad debe formar personas libres y críticas, ciudadanos activos y respetuosos de la diversidad y de los derechos humanos. Debe preparar para la vida y para aprender continuamente.

La educación entonces como derecho social universal fundamental debe considerarse como bien público y asegurarse a través del financiamiento como responsabilidad del Estado. Para ello debe definirse presupuestos basados en el principio de la educación como prioridad indelegable del Estado a través de políticas, estrategias y recursos que permitan el ejercicio real del derecho a la educación.

Debemos generar y exigir mecanismos de participación efectivos de los trabajadores de la educación en el planeamiento educativo, en el diseño curricular y en los distintos niveles del gobierno de la educación.

Como instrumentos que permitan valorizar las carreras de los trabajadores de la educación, corresponde al Estado garantizar que los mismos como sujetos de derecho se encuentren protegidos:

1. Elevando los salarios como reconocimiento de la trascendencia de su tarea, que le permita acceder a bienes materiales y culturales que aseguren una vida digna. En el caso de los docentes, la baja remuneración, sumado al escaso y distorsionado reconocimiento social, y al multiempleo; implican una menor dedicación en la tarea pedagógica. Por ello es que deben incorporarse en forma remunerada actividades que el mismo realiza en forma voluntaria como planificación, coordinación y trabajo comunitario.
2. Transformando radicalmente el marco normativo en que se desarrolla la actividad laboral, como única forma de asegurar condiciones de trabajo saludables. Es necesario discutir una Ley General de Salud Laboral que incluya aspectos como, salud mental y exposición a factores de riesgo, entre otros.
3. Respetando los derechos sindicales de los trabajadores, especialmente el derecho a la Negociación Colectiva y los fueros sindicales.
4. Generando un Sistema Jubilatorio que presente una alternativa a la destrucción de los regímenes previsionales vigentes en nuestros países en las últimas décadas, para que permita el disfrute de este beneficio en condiciones dignas.

Haciendo un análisis del estado de situación, es necesario detenerse en la formación docente que actualmente resulta deficitaria, que no atiende los problemas de exclusión social y necesidades de una sociedad frágil, segmentada y compleja. En este sentido reclamamos una formación que responda a las necesidades socioeconómicas y culturales de nuestros pueblos, que priorice el aspecto pedagógico, y en diálogo permanente entre teoría y práctica. Se hace necesario incorporar la investigación en la formación y durante la carrera docente que contribuya a la producción de conocimiento.

Posicionamiento Político

Habrá mejora en la calidad de la educación cuando se valore a los profesionales del sector, a través de políticas consistentes de Estado que prioricen la formación profesional permanente de todos los trabajadores involucrados en el sistema educativo. Para la integración educativa regional es necesario establecer conjuntamente políticas públicas y sostenidas en esta materia.

Estimular el proceso de integración e intercambio de los educadores y educadoras de los países integrantes del MERCOSUR con el propósito de fortalecer el desarrollo del **Pensamiento** y una **Práctica pedagógica** para la liberación y la justicia social.

Las directrices nacionales para la carrera de los profesionales de la Educación, deben contemplar criterios para la formación inicial y continua, piso salarial a nivel nacional, jornada de trabajo y demás elementos de valorización y de reconocimiento de la carrera de los trabajadores en Educación.

La evaluación de los sistemas educativos (público y privado) debe involucrar a todos los actores de las diversas esferas y centros de decisión de forma democrática y participativa, buscando establecer nuevos parámetros para un proyecto educativo que tenga como objetivo el mejoramiento de la calidad y el resguardo de los derechos sociales.

Consolidar la gestión democrática tanto en el sistema como en nuestras escuelas públicas y privadas.

Propuestas de Políticas Públicas

Implementar instancias de formación inicial para todos los trabajadores y trabajadoras de la educación bajo la responsabilidad del Estado.

Crear políticas de formación permanente como derecho del trabajador y deber del Estado contemplada en la jornada de trabajo o con licencia remunerada para tal fin.

Financiar programas de actualización, perfeccionamiento e investigación garantizando la democratización en el acceso y en la formulación de esas políticas con la participación de los sujetos educativos.

Generar instancias de formación destinadas a los trabajadores y trabajadoras que ejercen funciones de apoyo en instituciones educativas.

Establecer acuerdos multilaterales de intercambio entre las universidades públicas de los países del MERCOSUR, con el fin de integrar programas y currículos de formación de los profesionales de la Educación.

Establecer líneas de fomento para cursos de post-grado, que fortalezcan las políticas públicas de formación de los profesionales de la Educación.

Garantizar la formación docente de carácter universitario público para el ingreso del personal con sólida formación en las escuelas de todo el país, responsabilizando a las instituciones públicas de Enseñanza Terciaria o Superior de la formación continua de los profesionales de la educación.

Promover espacios de participación amplios y representativos, para debatir la constitución del sistema nacional de evaluación de la Educación y los procesos de gestión democrática (por ejemplo: Congreso de Educación, Consejos de Educación, Consejos Escolares, etc).

GT5 – Valorização dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação

| |
|--|
| <p>A educação concebida como um direito humano inalienável e irrenunciável se opõe à sua concepção como mercadoria subordinada ao mercado de trabalho. A educação é um instrumento de justiça social e de emancipação das pessoas no decorrer de toda sua vida, que forma seres humanos colaboradores e solidários e não competidores sem limites, que buscam a paz. Uma educação integral e de qualidade deve formar pessoas livres e críticas, cidadãos ativos, críticos, respeitosos da diversidade e dos direitos humanos. Deve preparar para a vida e para a aprendizagem contínua.</p> |
| <p>A educação, como direito social universal fundamental, deve ser considerada um bem público e ser assegurada através do financiamento como responsabilidade do Estado. Para isso devem ser definidos orçamentos baseados no princípio da educação como prioridade não delegável do Estado, através de políticas, estratégias e recursos que permitam o exercício real do direito à educação.</p> |
| <p>Devemos gerar e exigir mecanismos de participação efetivos dos trabalhadores em educação no planejamento, na formulação de currículos e nos distintos níveis de gestão da educação.</p> |
| <p>Corresponde ao Estado garantir que estes trabalhadores, como sujeitos de direito, se encontrem protegidos:</p> |
| <p>1. Elevando os salários como reconhecimento da transcendência de sua tarefa, que lhe permita adquirir bens materiais e culturais que assegurem uma vida digna. No caso dos professores, a baixa remuneração, somando-se ao reconhecimento social escasso e distorcido e a necessidade de estar em vários empregos; implicam uma dedicação menor à docência. Por isso é que se deve atribuir remuneração às atividades que o docente realiza de forma voluntária como o planejamento das aulas, coordenação e trabalho com a comunidade escolar.</p> |
| <p>2. Transformando radicalmente o marco normativo que regula o trabalho dos trabalhadores da educação, como única forma de assegurar condições de trabalho dignas.</p> |
| <p>3. Respeitando os direitos sindicais dos trabalhadores, especialmente o direito a negociação coletiva e os fóruns sindicais.</p> |
| <p>4. Gerando um sistema de aposentadoria que apresente uma alternativa à destruição dos regimes de previdência vigentes nos nossos países nas últimas décadas, para que permita o usufruto deste benefício em condições dignas.</p> |

Fazendo uma análise da situação, é necessário focar a formação docente que atualmente se encontra deficitária e que não atende aos problemas de exclusão social e as necessidades de uma sociedade frágil, segmentada e complexa. Neste sentido, exigimos uma formação que responda às necessidades socioeconômicas e culturais de nossos povos que priorize o aspecto pedagógico e em dialogo permanente entre teoria e prática. Se faz necessário incorporar o trabalho de pesquisa à formação do professor e durante a carreira docente, que contribua com a produção do conhecimento.

Posicionamento político e propostas de políticas públicas

Haverá melhoria na qualidade da educação quando houver a valorização dos profissionais do setor, através de políticas consistentes de Estado que priorizem a formação profissional permanente de todos os trabalhadores envolvidos no sistema educacional. Para a integração educativa regional é necessário estabelecer conjuntamente políticas públicas sustentáveis.

Estimular o processo de integração e intercâmbio dos educadores e educadores dos países integrantes do MERCOSUL com o propósito de fortalecer o desenvolvimento do Pensamento e de uma Prática pedagógica para a libertação e a justiça social.

As diretrizes nacionais para a carreira dos trabalhadores da educação devem contemplar critérios para a formação inicial e continuada, piso salarial em nível nacional, jornada de trabalho e demais elementos de valorização e de reconhecimento da carreira destes.

A avaliação dos sistemas educativos (público e privado) deve envolver todos os atores das diversas esferas e centros de decisão de forma democrática e participativa, buscando estabelecer novos parâmetros para um projeto educativo que tenha como objetivo a melhoria da qualidade e a salvaguarda dos direitos sociais.

Consolidar a gestão democrática tanto no sistema como em nossas escolas públicas e privadas.

Propostas de Políticas Públicas

Desenvolver políticas de formação inicial para todos os trabalhadores da educação, em todos os níveis, sob a responsabilidade do Estado.

Criar políticas de formação permanente, como direito do trabalhador e dever do Estado, contemplada na jornada de trabalho dos trabalhadores da educação ou com licença remunerada para tal fim.

Financiar programas de atualização, aperfeiçoamento e pesquisa, garantindo a democratização no acesso e na formulação dessas políticas com a participação dos sujeitos educativos.

Proporcionar instâncias de formação destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras que exercem funções de apoio nas instituições educacionais.

Estabelecer acordos multilaterais de intercambio entre as universidades públicas dos países do Mercosul com o fim de integrar programas e currículos de formação dos profissionais da Educação.

Estabelecer linhas de fomento para cursos de pós-graduação que validem as políticas públicas de formação dos profissionais da Educação.

Garantir a formação docente de caráter universitário para o ingresso de pessoal com sólida formação nas escolas de todo o país, responsabilizando as instituições públicas de Ensino Superior pela oferta de formação continuada aos profissionais da educação.

Promover espaços de participação amplos e representativos, para debater a constituição do sistema nacional de avaliação da educação e dos processos da gestão democrática da educação (por exemplo: Conselhos de Educação, Conselhos Escolares, Eleição das Direções escolares, etc.).